

O processo e os critérios para a escolha do próximo reitor da Ufrgs ainda não estão claros e, faltando menos de um ano para as próximas eleições, é preciso iniciar o debate já. Como contribuição à discussão, o Adverso traz, nesta edição, um histórico das escolhas de reitores. Páginas 6 e 7

REFORMA DA PREVIDÊNCIA  
Confira a lista dos deputados  
que disseram o "sim"  
Página 3

PAULO ARANTES  
Filósofo esquadriinha origem  
das políticas de Lula  
Páginas 8 e 9

## O vidro estilhaçado da "casa do povo"

**"O anel que tu me deste era vidro e se quebrou, o amor que tu me tinhas era pouco e se acabou. Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar, vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar."**

**Maria Aparecida Castro Livi\***

Por designação de Assembléia Geral, acompanhamos, Daniela (1<sup>a</sup> Secretária) e Eu (Presidente), em Brasília, junto ao Congresso, a mobilização dos servidores públicos no dia 5/8, dia em que teve início na Câmara dos Deputados a votação do Projeto de Reforma da Previdência, e integramos, no dia 6/8, a marcha "Em defesa da Previdência Pública e pela retirada da PEC-40". Marcha que, partindo da Catedral, deslocou-se até a Praça dos Três Poderes, encerrando com um abraço ao Congresso e o esfacelamento de vidros, numa imagem poderosa do que ocorreu no dia 5.

Dia 5/8, ao chegarmos em Brasília, procuramos sem demora dirigirmo-nos ao Congresso. Bem diferente do que imagináramos, o mais próximo que dele conseguimos chegar foi o estacionamento do Anexo 2. Todo o Congresso estava cercado por aparato policial, tanto na superfície quanto nos acessos subterrâneos. No próprio estacionamento do Anexo 2, a parede em prolongamento a uma porta de acesso ao Anexo permaneceu ladeada por policiais, periodicamente trocados, no tempo que durou a concentração naquele local.

Desde o início da manhã os manifestantes haviam empreendido esforços para garantir o acesso às galerias e acompanhar as votações de perto. A proposta que lhes foi feita, e recusada, é de que ingressasse no Congresso apenas um número reduzido de dirigentes de entidades nacionais. Em paralelo às negociações para ampliar o número de pessoas que eventualmente fosse autorizado a ingressar no Congresso, foram providenciadas liminares para garantir o mesmo ingresso. No meio da tarde, liminares já haviam sido concedidas, mas a presidência da Câmara negava-se a acatá-las e em um certo momento um deputado trouxe a notícia de que todas as negociações, para garantir presença de povo nas galerias, estavam encerradas e que as liminares seguiriam sendo descumpridas.

A votação, como todos sabem, acabou estendendo-se pela noite e madrugada e enquanto centenas permaneciam em vigília no estacionamento do Anexo 2, alguns poucos conseguiram, afinal por força das liminares, acompanhados de ad-

vogados, acompanhar as votações no interior do Congresso. Sobre as votações deste dia, cabe lembrar que os parlamentares só tomaram conhecimento do texto efetivamente a ser votado no momento mesmo da votação. Pelo que se deduz que a compreensão e conhecimento do que estava sendo votado não era considerado relevante. Os nossos representantes sabiam o que deles era esperado e aceitaram as regras do jogo. Casa cerca da, votação às escuras.

Na manhã do dia 6/8, junto à Catedral, bem antes das nove horas teve início a concentração dos manifestantes para a Marcha. O clima geral ainda era de incredulidade com a realidade vivida no dia e noite anteriores. Num certo sentido era como se as pessoas não conseguissem acreditar em tudo que se passava durante as horas precedentes.

A marcha reuniu com certeza bem mais de 50 mil pessoas. Da Catedral à Praça dos Três Poderes, atrás do Congresso, uma massa humana multicolorida deslocou-se por horas. Policiais a pé ou a cavalo cruzavam por vezes a multidão sem maiores sobressaltos. Passou-se pelo Congresso pela direita. Em desnível via-se o gramado circundante estranhamente vazio, poucos veículos e policiais bloqueando os caminhos de acesso à entrada principal.

Manifestações de indignação e inconformidade sucediam-se, em palavras de ordem e nas falas inflamadas no topo dos carros de som, realizadas num clima absolutamente democrático. E então, no final, houve o abraço ao Congresso e os fatos que produziram a imagem que a mídia selecionou para definir a marcha: a voadora do manifestante, e o seu pé estilhaçando as vidraças da Casa do Povo.

Curioso. Não era Casa do Povo quando os acessos foram bloqueados pelo aparato militar. Não era Casa do Povo quando as galerias foram fechadas ao mesmo povo. Quando é que a Casa é do Povo? É só quando o pé do baderneiro/indignado/povo estilhaça a vidraça? Não se faz aqui o elogio e a defesa do protesto destrutivo e burro, mas que fique muito claro que o vidro estilhaçado é metáfora poderosa de quanto de mais sério e grave foi estilhaçado e pisoteado nesses dias de nosso relato.

\* presidente da Adufrgs

## OBSERVATÓRIO

### Licenças para transgênicos

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse dia 13 de agosto que o governo federal terá que exigir licenciamento e estudos sobre o impacto ambiental para o plantio e comercialização da soja transgênica da empresa Monsanto. Ao comentar a decisão da desembargadora federal Selene Maria de Almeida, do Tribunal Federal da 1<sup>a</sup> Região, liberando o cultivo e comercialização da soja Roundup Ready, a ministra disse que os estudos existentes – apontados pela desembargadora em sua decisão – são de realidades diferentes da brasileira. Ao embasar sua decisão, Selene Maria de Almeida argumentou que pesquisas científicas de órgãos internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Royal Society e Codez Alimentarius, atestaram a sanidade da semente da Monsanto. (Carta Maior)

### Uma rede de ecologistas

Uma rede inédita de cientistas e ecologistas vem sendo formada para cooperar com o desenvolvimento de projetos ecológicamente sustentáveis no Brasil. O grupo, liderado pelo físico e teórico de sistemas Fritjof Capra, iniciou no dia 12 de agosto uma série de debates com representantes de diversos ministérios, ambientalistas e pesquisadores brasileiros. Energias limpas e renováveis, Agroecologia, Educação para a sustentabilidade e Ecodesign foram os quatro temas escolhidos. Considerando que o Brasil é o único país que pode mudar o paradigma do planeta implementando políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, a primeira edição dos Diálogos para um Brasil Sustentável aconteceu de 12 a 15 de agosto em Brasília. Esta é a primeira vez que ecologistas de renome internacional formam, de maneira voluntária, uma rede internacional de cooperação para auxiliar na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento de um país.

### Professores indígenas

Professores das etnias terena e cadiuêu de cinco municípios de Mato Grosso do Sul participam da segunda experiência brasileira na graduação de professores indígenas. O primeiro curso está sendo realizado na Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). Os índios fazem o curso normal superior, oferecido pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Uems), em Aquidauana, dirigido exclusivamente a professores indígenas do estado.

### Bolívia se antecipa

O governo boliviano antecipou um dos principais itens propostos pelo governo estadunidense no projeto de criação da Alca ao decidir abrir o disputado mercado de compras governamentais a empresas internacionais. O decreto, promulgado pelo presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, estabelece a realização de licitações internacionais para todas as compras de produtos e serviços feitas pelo Estado. O Movimento Boliviano de Luta contra a Alca diz que a medida significa a aplicação antecipada da área de livre comércio no país, prejudicando os produtores nacionais. Os opositores da proposta da Alca na Bolívia alertam que a medida provocará o aumento do desemprego e agravará a crise das empresas nacionais e organizações de agricultores, artesãos e pequenos empresários, que não têm condições de competir em condições de igualdade com empresas internacionais. (Carta Maior)

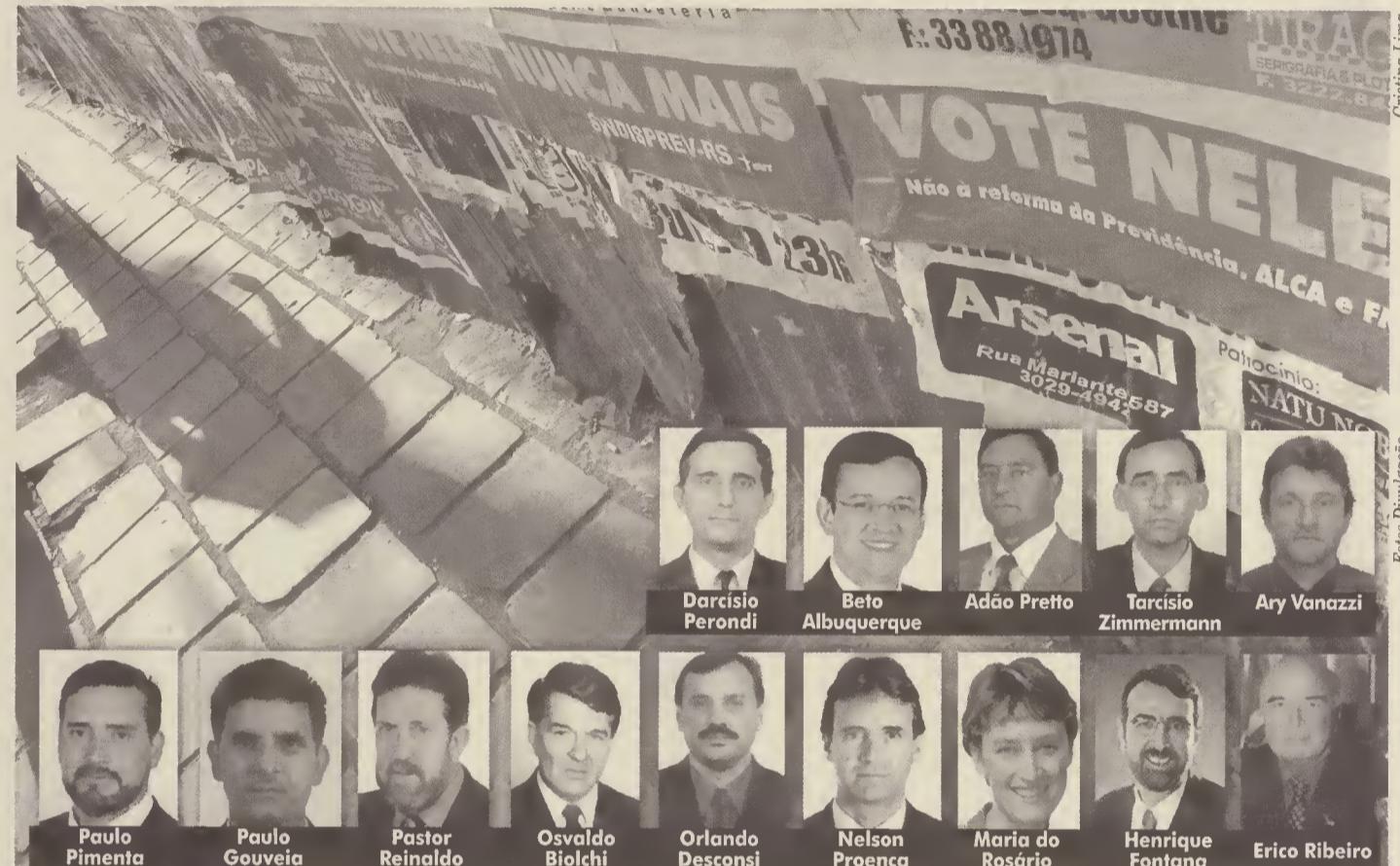
### Nota do deputado Frei Sérgio (PT)

O deputado estadual Frei Sérgio (PT) divulgou nota oficial em resposta a uma nota da Assessoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal em que afirma: "1º - Nossa legislação reconhece dois tipos de parentesco, por consangüinidade e por afinidade. Por afinidade a Ministra Ellen Gracie Nortfleeth é parente da proprietária de metade da Fazenda Southall em São Gabriel, Sr. Maria da Graça Palmeiro da Fontoura Southall. 2º - Embora separada de Énio Correia Palmeiro da Fontoura, a união gerou a filha que vive com a Ministra, integrando a família. 3º - De acordo com o artigo 1.839 do novo Código Civil, em tese, pode haver benefício econômico da filha da Ministra, que com ela vive, através de sucessão de herança da Fazenda Southall. 4º - Alfredo Southall continua legalmente casado em regime de comunhão de bens, com Maria da Graça Palmeiro da Fontoura Southall, segundo certidão de casamento expedido pelo Ofício de Registro Civil das pessoas naturais da 1<sup>a</sup> Zona de Porto Alegre, em 6 de junho de 2003". O deputado afirma que os laços de família "contaminaram" eticamente o julgamento. "Mesmo não havendo nenhum interesse pessoal direto da Ministra no caso, ela deveria ter se considerado impedida, para não gerar suspeita ou constrangimento ao Poder Judiciário. 6º - Não bastasse isso, a Ministra cometeu inúmeros erros – agora pode-se afirmar que com interesses pessoais – no seu relatório que foi o relatório-guia do voto de seus pares."

# Estes são os deputados gaúchos que disseram sim à PEC-40

Algumas sempre defenderam a privatização e o Estado mínimo. Foram coerentes na votação. Merecem, coerentemente, o nosso repúdio. Outros, porém (todos da Frente Popular), tentam justificar o voto dizendo que "a PEC-40 não institui a privatização", "isto é uma manobra usada por quem não quer as reformas", etc. Vamos reafirmar nossa posição e lembrar (mais uma vez) no que Eles votaram. Para que entendam o nosso repúdio.

Desde janeiro a Adufrgs (e diga-se de passagem que fomos um dos primeiros sindicatos a fazer isso) vem alertando e se posicionando contra a privatização da Previdência. Esta para nós é a questão central da PEC-40. A criação dos fundos de pensão transfere uma parte do dinheiro (que não é pouco), hoje na mão do Estado brasileiro, para a iniciativa privada. Se isso não é privatização como se chama? Eles dizem que o dinheiro ficará num fundo fechado, sem fins lucrativos. Ou seja: o dinheiro aplicado no mercado (e aqui estará todo o dinheiro da previdência) estará sob uma regra – sem fins lucrativos. Dizem Eles, para garantir que os especuladores não imponham perdas aos trabalhadores. Sim, talvez os trabalhadores não percam, mas é certo que o lucro (que não pode ficar com os previdenciários) estará na mão dos especuladores (a quem Eles chamam de gestores dos fundos). O lucro será privado.



Concretamente, onde há fundos de pensão (ou previdência complementar como Eles preferem), é o Estado (cada vez menor) que tem garantido que os trabalhadores não tenham tantas perdas. Ou seja o Estado (que é de todos) ficará com os prejuízos. Em julho a Adufrgs

lançou uma cartilha sobre a reforma da previdência, explicando em textos minuciosos todas as falácias que subsidiaram a elaboração da PEC-40 e denunciando as armadilhas nela contidas. Todos Eles receberam a nossa cartilha e diversas outras. Eles sabem que votaram a favor

do Estado mínimo, em obediência aos compromissos assumidos com o FMI em fevereiro deste ano. O vendedouro nacional continua instalado em Brasília. A última eleição não foi o seu fim como esperávamos. Estes são os vendedores em destaque no mês.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Docentes querem marcar audiências com senadores

Os docentes da Ufrgs decidiram em assembleia dia 14 de agosto fazer esforços para agendar audiências com os senadores gaúchos Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB). O objetivo é tentar qualquer alteração na votação da Proposta de Emenda Constitucional N° 40 (PEC 40) no Senado. Os professores avaliam que, com os acordos costurados pelo governo Lula, muito dificilmente a proposta mudará no segundo turno da Câmara. A idéia agora é concentrar esforços no Senado. Os professores também decidiram publicar os nomes e as fotos dos deputados federais gaúchos que votaram

a favor da reforma. Outro encaminhamento foi o de articular no Conselho da Adufrgs a produção de um material sobre a universidade pública, nos moldes da cartilha feita sobre a reforma da Previdência. Quanto a esta cartilha, os professores decidiram distribuí-las aos integrantes do Conselho Universitário (Consun) e aos chefes de departamentos. Este material foi passado a diversos integrantes de outros sindicatos, em Brasília, durante o protesto dos servidores, dia 7 de agosto.

Antes dos encaminhamentos, a 1ª secretária Daniela Fialho fez um relato das atividades de observadores desen-

volvidas por ela e a presidente da Adufrgs, Maria Aparecida Castro Livi, durante a Marcha sobre Brasília. Sobre a Plenária Nacional dos Servidores, na qual a Adufrgs participou apenas como ouvinte, lembrou que foi aprovada a intensificação da greve. Outra determinação da plenária é de que os trabalhadores vão exigir dos deputados federais o voto contra a proposta, no segundo turno da votação na Câmara. Também vão conversar com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com o PT e PC do B, para que esses partidos não punam seus integrantes que votaram contra a propos-

ta. Aprovaram também a denúncia dos parlamentares que votaram favoravelmente à PEC 40, em painéis espalhados pelo Brasil, como o que foi instalado no Largo Glenio Perez em Porto Alegre. Marcaram para o dia 19 nova marcha em Brasília e para os dias 20 e 21 as plenárias.

O professor Paulo Livotto fez um relato do seminário "Universidade do Século 21 – Por que e como reformar?", que aconteceu em Brasília, dia 7 de agosto, no Clube do Exército. Representantes dos trabalhadores, estudantes e intelectuais discutiram os rumos da universidade no País.

Eduardo Maldonado - professor da Faculdade de Economia da Ufrgs

# O governo Lula e a marcha da insensatez

**O** Plano Real foi proposto no contexto do processo de implementação das reformas neoliberais (liberalização dos mercados e privatizações) que tiveram início no governo Collor. No dia 7 de dezembro de 1993, através da Exposição de Motivos nº 395, o então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, apresentou o Programa de Estabilização Econômica, que ficou conhecido como Plano Real. Este documento apresenta, inicialmente, um breve diagnóstico da crise fiscal e, a seguir, as proposições para a estabilização da economia brasileira. Essas proposições foram agrupadas em três frentes de atuação, a saber: (a) medidas visando a obtenção de equilíbrio orçamentário no biênio 1994-95; (b) sugestões para a revisão da Constituição e (c) a implementação de uma reforma monetária. O diagnóstico que embasa a agenda do Plano Real era de que a principal causa da inflação no Brasil estava no desequilíbrio estrutural das contas públicas, enquanto que a sua persistência estava associada à inércia inflacionária.

Numa primeira fase, o governo atuaria no sentido de obter um equilíbrio orçamentário de curto prazo. Para tal, a equipe econômica propôs medidas para elevar a arrecadação tributária, especialmente o aumento de impostos e a criação do fundo social de emergência, e para reduzir os gastos públicos. O sucesso destas iniciativas, pelo menos no curto prazo, eliminaria a causa primária da inflação. Uma vez tendo obtido sucesso (ainda que temporário) no controle do déficit público, o plano entraria na sua segunda fase, cujo objetivo básico era o de desindexar a economia e, assim, eliminar a inércia inflacionária através do uso generalizado da URV. Com a eliminação da inércia inflacionária, o plano entraria na sua terceira fase, através da introdução da nova moeda (o real), cuja estabilidade seria garantida pela adoção de regras rígidas para a emissão monetária. Com isso, a equipe econômica do Governo Itamar Francocreditava que o processo inflacionário brasileiro seria controlado, pelo menos no curto prazo.

A garantia do seu controle definitivo, no entanto, dependeria da implantação das reformas institucionais que permitissem tanto a redução da participação do Estado na economia quanto o adequado funcionamento dos mercados. Assim, em primeiro lugar, seria necessária a realização daquelas reformas estruturais que permitissem a obtenção de um ajuste definitivo das contas públicas. Complementando o ajuste estrutural do setor público, seria dada continuidade às reformas com vistas à liberalização e flexibilização dos mercados - em especial, a continuidade da abertura do comércio exterior, da liberalização em relação à entrada e saída de capitais, da flexibilização do mercado de trabalho e do "aperfeiçoamento e ampliação do

programa de privatização das empresas estatais".

Vale ressaltar que o sucesso no controle do processo inflacionário não decorreu do correto diagnóstico desse processo por parte dos formuladores do plano e nem com as medidas propostas. Na verdade, esse sucesso deveu ao fato de que a elevação das taxas de juros internas, num contexto de abertura externa e de alta liquidez nos mercados financeiros internacionais, implicou na entrada de montantes significativos de capitais externos, o que provocou uma significativa sobrevalorização cambial. Mas o custo econômico e social dessa estratégia foi bastante elevado, não só porque reduziu significativamente as taxas de crescimento econômico - e, consequentemente, elevou a taxa de desemprego e contribuiu para a precarização das relações de trabalho -, mas também porque, como resultado do aumento da vulnerabilidade externa da economia, levou a economia brasileira à crise cambial de 1999.

A implantação do modelo neoliberal teve continuidade no segundo mandato do governo FHC. Já em 28 de outubro de 1998, o governo recém-eleito apresentava o seu Programa de Estabilidade Fiscal, cujo objetivo era o de dar continuidade às reformas institucionais que seriam imprescindíveis para a obtenção do ajuste definitivo das contas públicas. Como foi visto acima, a retomada do crescimento da economia brasileira só seria possível, segundo o diagnóstico das autoridades econômicas do governo FHC, com a obtenção do equilíbrio definitivo das contas públicas. Outro aspecto fundamental do modelo neoliberal que está sendo implementado no Brasil desde o governo Collor, diz respeito à implementação de reformas institucionais que permitam o adequado funcionamento dos mercados.

O Programa de Estabilidade Fiscal se subdividia em dois conjuntos



Francisca Braga

de iniciativas: (i) a Agenda de Trabalho e (ii) o Plano de Ação 1999-2001. O primeiro conjunto de iniciativas visava atacar "na raiz as causas estruturais do desequilíbrio das contas públicas. Compreende a regulamentação da reforma Administrativa já aprovada pelo Congresso Nacional; a aprovação e a regulamentação da Reforma da Previdência Social e a instituição da Lei Geral da Previdência Pública; as reformas tributária e trabalhista, imprescindíveis para promover a competitividade do setor produtivo e estimular o crescimento e a geração de empregos; e a Lei de Responsabilidade Fiscal, capaz de instituir ordem definitiva nas contas públicas do conjunto dos Poderes e níveis de governo" (Programa de Estabilização Fiscal - resumo). O Plano de Ação, por sua vez, tinha como objetivo "assegurar o êxito da transição para a estabilização definitiva das contas públicas até que o novo ambiente de equilíbrio fiscal promovido pelas reformas estruturais esteja estabelecido". Mais especificamente, o Plano de Ação previa "a elaboração de programa fiscal de médio prazo visando à obtenção de superávites primários crescentes e suficientes para estabilizar, ao final do período, a relação entre dívida líquida consolidada do setor público e o Produto Interno Bruto" (Programa de Estabilização Fiscal - resumo), sendo que o "Plano de Ação concentra-se na redução das despesas dos dois principais focos do desequilíbrio - o déficit dos Sistemas de Previdência e os gastos do Governo Federal" (Programa de Estabilização Fiscal - resumo).

#### **As "Reformas Ainda Necessárias" para a consolidação do modelo neoliberal no Brasil**

A avaliação da implementação do Programa de Estabilidade Fiscal durante o segundo mandato do Presidente FHC mostra que, apesar dos significativos avanços realizados para a estruturação do modelo neoliberal no Brasil, importantes reformas que foram propostas neste documento acabaram não sendo implementadas. Em relação à Agenda de Trabalho, as reformas da previdência pública e tributária, que são consideradas fundamentais para a obtenção do equilíbrio definitivo das contas públicas, não avançaram. O Plano de Ação, por sua vez, apesar do seu sucesso na geração dos superávites primários, não conseguiu estabilizar a relação dívida/PIB, considerada como sendo "o principal indicador de solvência a longo-prazo do Setor Público". Assim, a realização de um conjunto fundamental de "reformas necessárias" para a consolidação definitiva no modelo neoliberal no Brasil - ou seja, a Agenda de Trabalho - ficou paralisada no Congresso Nacional. Além disso, durante a campanha eleitoral, esta Agenda de Trabalho ficou praticamente esquecida.

Cabe ressaltar que a consolidação definitiva do modelo neoliberal no Brasil (e que faz parte das "condições" do FMI) também requer a institucionalização da concessão legal de autonomia operacional ao Banco Central. Sob a ótica neoliberal, o objetivo central da política monetária é o de obter, de uma forma consistente no tempo, a estabilidade dos preços. Para que este compromisso tenha credibilidade junto aos investidores é necessário o estabelecimento de dispositivo institucional que assegure não só que o Bacen tenha autonomia em relação às instâncias democráticas da sociedade, mas, também, que o único compromisso efetivo da política monetária será com a estabilidade dos preços.

Outra reforma fundamental para a consolidação do modelo neoliberal no Brasil se relaciona com o mercado de trabalho. O objetivo central das modificações da legislação trabalhista é o de aumentar a "flexibilidade" do mercado de trabalho formal.

Portanto, ao final do governo FHC e do ponto de vista da concepção neoliberal, as "reformas ainda necessárias" para a consolidação do modelo neoliberal no Brasil eram as seguintes: tributária, previdenciária, trabalhista e a concessão institucional de autonomia operacional ao Bacen. A aprovação dessas reformas no Congresso Nacional permitiria ao Brasil obter maiores níveis de credibilidade junto aos mercados financeiros, condição esta que seria imprescindível para a redução das taxas de juros e,

portanto, para a retomada do crescimento econômico. Enquanto essas reformas não forem realizadas, a economia brasileira continuaria vulnerável a uma crise de confiança por parte dos investidores.

Importantes economistas liberais do Brasil, preocupados com a possibilidade de que a revolução neoliberal ficasse inacabada - ou seja, de que as "reformas necessárias" para a consolidação do modelo econômico que vinha sendo implementado no Brasil pelos Governos Collor e FHC não mais se efetivasse - elaboraram um documento (denominando-o de "Agenda Perdida") propondo a retomada da agenda das "reformas necessárias" à obtenção do equilíbrio definitivo das contas públicas e ao adequado funcionamento dos mercados.

#### **O programa econômico apresentado pelo PT durante a Campanha Eleitoral**

O programa de governo apresentado à sociedade brasileira durante a campanha eleitoral pela coligação Lula Presidente partiu de uma visão crítica do modelo neoliberal que estava sendo implementado pelo governo FHC e assumiu o compromisso de construir um modelo de desenvolvimento alternativo, capaz de promover o crescimento econômico e a justiça social. Reconhecia, no entanto, que para a construção desse novo modelo de desenvolvimento seria "necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica" (Silva, 2002).

Os argumentos econômicos básicos que estão presentes nos documentos apresentados pelo PT durante a campanha eleitoral foram os seguintes: (i) a partir de uma avaliação crítica do modelo neoliberal implantado no Brasil durante os governos Collor e FHC, conclui que o mesmo não é capaz de gerar crescimento econômico e empregos, resultando num crescente processo de aumento da exclusão social; diante deste fracasso, tornar-se imperativo realizar o rompimento com o modelo neoliberal; (ii) afirma que a mudança do modelo neoliberal atual para o novo modelo de desenvolvimento requer um período de transição, durante o qual as políticas econômicas e as "reformas necessárias" para a construção do novo modelo serão implementadas de forma gradual e através de uma ampla negociação nacional, com o respeito aos contratos e obrigações já assumidos pelo país; (iii) segundo os formuladores do programa de governo do PT, o principal entrave à retomada do crescimento econômico estaria na sua vulnerabilidade externa (e não no desequilíbrio das contas públicas, conforme a avaliação da área econômica do governo FHC, dos investidores e do FMI); (iv) assim, o objetivo central da política econômica e das "reformas necessárias" fica claramente estabelecido, a saber: recuperação do controle das contas externas, o que implica, necessariamente, em uma maior regulamentação do movimento de capitais; (v) finalmente, o programa do PT reconhecia a importância de se obter um equilíbrio definitivo das contas públicas. Mas este "ajuste estrutural das contas públicas" só seria possível através da redução da vulnerabilidade externa, o que permitiria, por sua vez, a redução das taxas de juros. Mais ainda, a visão neoliberal de que a obtenção de um "ajuste fiscal definitivo" se constituiria no principal entrave ao crescimento econômico é repudiada, pois levaria, na verdade, a uma nova armadilha: controle inflacionário com estagnação econômica.

#### **Política econômica e reformas estruturais no governo Lula: a continuidade de rumo**

Como foi visto acima, a agenda econômica proposta pela Coligação Lula Presidente durante a campanha eleitoral tinha como base o diagnóstico de que o principal entrave à retomada do crescimento econômico estava relacionado com a vulnerabilidade externa da economia brasileira, e não com o desequilíbrio das contas públicas. Por decorrência deste diagnóstico, os objetivos prioritários das políticas macroeconômicas e das "reformas necessárias" estariam direcionados para a superação da vulnerabilidade externa. No entanto, o



documento do Ministério da Fazenda (2003) que embasa a agenda econômica do governo Lula considera que o desequilíbrio estrutural das contas públicas e o funcionamento inadequado dos mercados se constituem nos principais entraves à retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis. Infelizmente, as autoridades econômicas do Governo Lula ainda não esclareceram as razões que os levaram a mudar de interpretação sobre os problemas centrais da economia brasileira. Dada a relevância do tema, isso certamente será feito em breve.

A análise do documento do Ministério da Fazenda mostra que a política econômica e as reformas estruturais que estão sendo implementadas pelo Governo Lula não têm como base os documentos defendidos durante a campanha eleitoral (inclusive a Carta ao Povo Brasileiro), mas sim a "Agenda Perdida" - documento que foi apresentado durante a campanha eleitoral por importantes economistas liberais - e que consiste, basicamente, na retomada da Agenda de Trabalho proposta pelo Programa de Estabilidade Fiscal do governo FHC. Ou seja, a política econômica e a agenda de reformas estruturais que estão sendo implementadas pelo seu governo são de continuidade em relação aos governos Collor e FHC - e não de mudança de rumo.

#### **Conclusão**

Apesar dessa radical mudança nos rumos da política econômica (ou justamente por consequência dessa revisão da interpretação sobre os problemas da economia brasileira), será possível ao governo Lula atingir os objetivos a que se propôs durante a campanha eleitoral: a retomada do crescimento econômico, declínio significativo das taxas de desemprego e redução das desigualdades sociais e dos níveis de pobreza?

A partir da farta evidência empírica sobre o desempenho econômico e social dos países que implementaram as reformas neoliberais podemos afirmar que o governo Lula não será capaz de atingir seus objetivos. Ao contrário, podemos esperar - a exemplo da África do Sul - que o Governo Lula poderá ter sucesso no controle do processo inflacionário, mas esse sucesso será obtido ao custo de baixas taxas de crescimento econômico, manutenção ou elevação das taxas de desemprego, aumento da concentração da renda e da riqueza, aumento da pobreza e recorrentes crises cambiais.

Não deixa de ser surpreendente que nesse momento histórico - quando os efeitos perversos para o desenvolvimento e a inclusão social que resultam da implementação do modelo neoliberal já são bem conhecidos - o Partido dos Trabalhadores, numa verdadeira "marcha da insensatez", resolva adotar como sua esta estratégia fracassada.

## UNIVERSIDADE

## Recapitulando as escolhas de reitores

**Faz muitos anos que o escritório do coronel Natalício, no terceiro andar da reitoria, fechou.** O símbolo da intervenção explícita do governo militar na Universidade desapareceu. Em 1988, a nova Constituição determinou, em seu artigo 207, a autonomia administrativa das Universidades Federais. Porém, podemos hoje dizer que o processo de democratização das Universidades foi completado com sucesso? Aquela que foi uma das principais bandeiras de luta na formação da Adufrrgs e das demais AD's - a eleição democrática dos dirigentes e sua escolha dentro dos limites universitários - é hoje motivo de uma lembrança histórica ou mantém sua atualidade? A menos de um ano da nomeação de um novo reitor para a Ufrgs, achamos necessário iniciar o debate sobre o conteúdo e a forma que deverá ter esse processo. É importante, como contribuição para a discussão, realizar um breve histórico dos procedimentos seguidos na designação dos reitores durante o tempo da abertura e pós Constituinte de 1988.

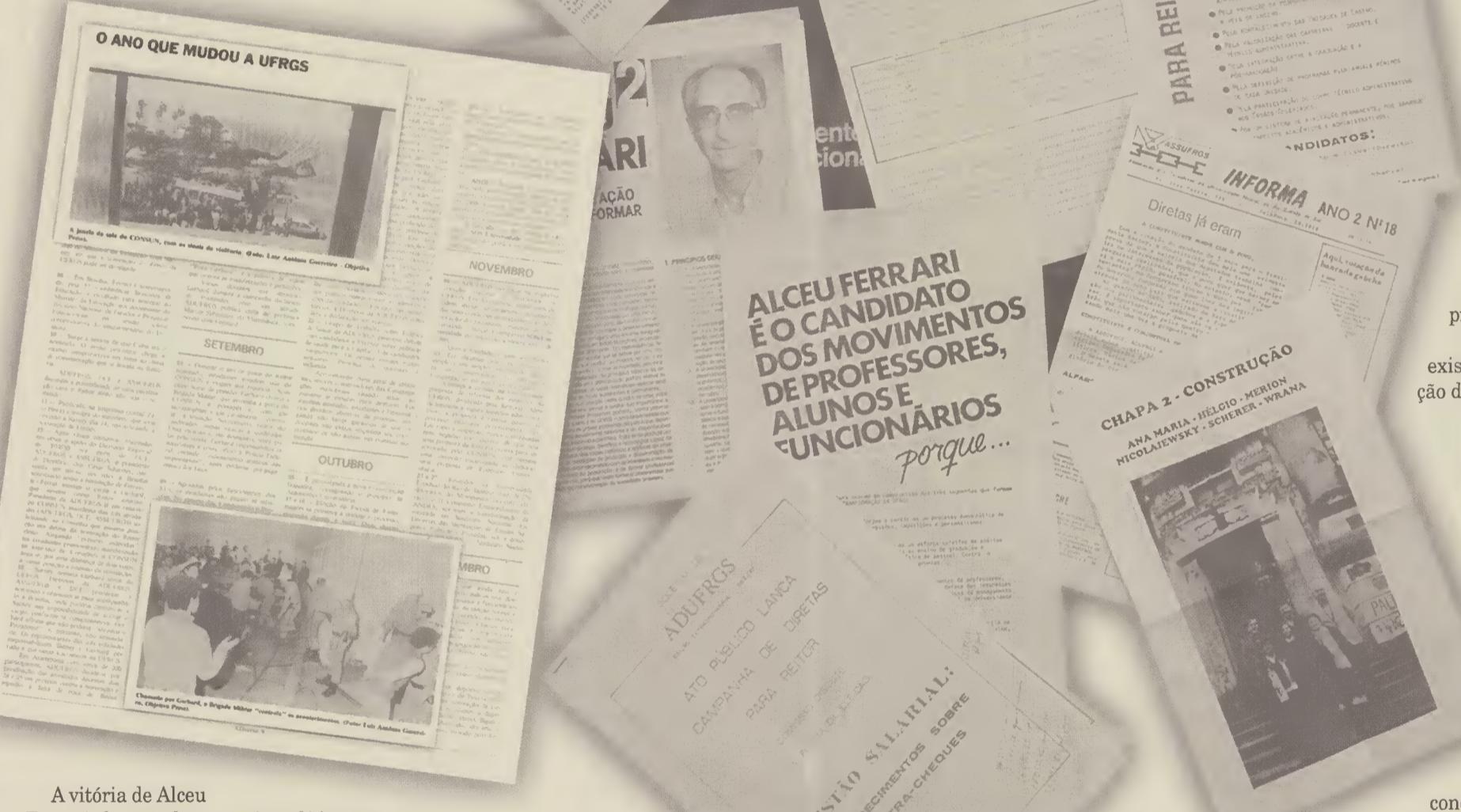
Alejandro Borche Casalás \*

**N**o processo de nomeação de 1980, a escolha da lista sétupla foi realizada pelo denominado Colégio Eleitoral composto pelos membros do Consun, Cocep e Concur. O procedimento era de seis votações uninominais consecutivas. A lista ficou composta, pela ordem, pelos professores Francisco Ferraz (IFCH), Elio Julius Garcia (BIO), Gerhard Jacob (FIS), Paulo Barboza Lessa (DIR), Earle Diniz Macarthy Moreira (IFCH) e João Carlos Athayde (VET). A disputa de bastidores dentro da antiga ARENA deu-se entre Francisco Ferraz e Barboza Lessa, chegando-se a um impasse. A solução governamental foi a nomeação de Earle Macarthy, quarto da lista, como sucessor de Homero Só Jobim.

Em 1984 não houve alterações no procedimento. Apenas cabe lembrar o intento da Adufrrgs de realizar uma consulta informal ao conjunto dos docentes, sobre suas preferências para Reitor, antecendendo à reunião do Conselho Eleitoral. Participaram 1062 docentes: 205 indicaram Francisco Ferraz, 197 Manoel A. da Rocha, 143 Claudio Accurso, 98 Sérgio Lamb e 370 lembraram outros nomes. No Conselho Eleitoral, a disputa ficou entre Sérgio de Meda Lamb e Francisco Ferraz. A lista votada pela ordem foi: Francisco Ferraz (IFCH), Ludwig Buckup (BIO), Eduardo Barros (ODO), Clovis V. de Couto e Silva (DIR), Gerhard Jacob.

## 1988

Candidatos	Docentes	Estudantes	Funcionários	Total	Índice
Alceu Ferrari	568	5.494	1.178	7.240	28,23
Waldomiro Manfroi	766	1.318	1.042	3.126	25,30
Gerhard Jacob	802	1.095	897	2.794	24,63
Walter Cybis	784	632	921	2.337	23,78
Hélio Trindade	748	834	904	2.486	23,21
Ludwig Buckup	698	1.379	909	2.986	23,00
José Franco	654	997	712	2.363	20,08
Vera Petersen	506	972	758	2.236	17,38
Pedro Gus	541	463	724	1.728	17,11
Mercedes Cânepa	413	650	681	1.744	14,45
José Grijó	370	334	629	1.333	12,73
Almíro C. Silva	368	530	483	1.381	11,87
<b>Total</b>	<b>7218</b>	<b>14.698</b>	<b>9.838</b>	<b>31.754</b>	



## A vitória de Alceu

Ferrari desagradou o meio político conservador. Tendo um destacado currículum, sendo diretor da faculdade de Educação e pesquisador I-A do CNPq, sempre foi ligado ao movimento docente, participando como membro do comando da primeira greve em 1980. Por outra parte, o resultado deveu-se à ampla mobilização e participação dos estudantes, única em termos de eleição de reitor (a partir dessa experiência a participação discente foi reduzida em 1995 ao valor simbólico de 15%). A indicação presidencial de Gerhard Jacob, quarto da lista, provocou violentos protestos, agravados pela sua declaração prévia de não aceitar a nomeação em caso de não ser o mais votado. No governo Collor, abandonou a reitoria para assumir a presidência do CNPq e em seu lugar completou o mandato Tuiskon Dick.

## Consulta ajudou a democratizar

Em 1992 a consulta prévia à comunidade foi aperfeiçoada. Para evitar que a decisão presidencial desrespeitasse o resultado eleitoral, a votação foi organizada por chapas, integradas por seis candidatos. O eleitor escolhia uma chapa e um nome dentro dessa chapa para ser o primeiro da lista sétupla. Mantiveram-se os percentuais para cada categoria: 50%, 25% e 25%. Duas chapas concorreram e o resultado foi o seguinte:

## 1992

	Docentes	Estudantes	Funcionários	Total
<b>CHAPA 2</b>	997	6988	2026	10011
Hélio Trindade	265	797	372	1434
Sérgio Nicolaiewsky	188	1013	360	1561
Wrana Panizzi	117	791	223	1131
Claudio Scherer	109	871	187	1167
Merion Borda	91	253	73	417
Ana Guimarães	49	588	278	915
<b>CHAPA 1</b>	<b>866</b>	<b>1543</b>	<b>898</b>	<b>3307</b>
Abílio B. Neves	266	170	234	670
Waldomiro Manfroi	221	318	192	731
Darcy Dillenburg	107	70	146	323
José Hennemann	61	309	44	414
Clésio S. Santos	49	207	85	341
Ema Leboute	22	45	46	113
<b>Total</b>	<b>1902</b>	<b>8713</b>	<b>3056</b>	<b>13671</b>

Foi nomeado reitor Hélio Trindade, pró-reitor de Pós-Graduação durante a gestão Ferraz, primeiro da lista sétupla.

O processo de 1996 representou um nítido retrocesso. A medida provisória 938 de março de 1995, seguida da lei 9192 de dezembro de 1995, retomou o procedimento de lista tríplice, mas estabeleceu que a sua elaboração fosse feita por um colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobasse, composto por 70% de docentes. A primeira dificuldade surgiu: o Consun, que após a reforma estatutária tinha nove representantes discentes, nove do quadro funcional e cinco membros externos, não tinha os 70% de integrantes docentes requeridos. O problema foi superado de forma esquisita, adicio-

nando-se mais nove docentes escolhidos, entre os sujeitos do Consun, mediante sorteio. Quando o Consun tratava da regulamentação da consulta à comunidade, a qual deveria ser informal, mas com o compromisso de ser acatada na elaboração da lista, surge o decreto casuístico nº 1916 de 23/05/1996 estabelecendo normas descabidas, orientadas a inviabilizar qualquer processo de escolha democrática. A consulta devia ser uninominal e a votação no Consun realizada em "escrutínio único, onde cada eleitor vota em apenas um nome" (regras incongruentes que não garantem a reprodução, na votação no Consun, do resultado da consulta e permitem que um candidato com votação inexpressiva participe da lista tríplice). A falta de interesse por parte de boa parte dos conselheiros em procurar caminhos que resolvessem o impasse, assegurando a expressão da vontade da comunidade universitária, e o falso radicalismo das representações das categorias discente e dos funcionários impediram uma saída digna. O resultado da "consulta" foi o seguinte:

## 1996

Candidatos	Docentes	Estudantes	Funcionários	Total
Wrana Panizzi	426	717	439	1582
Waldomiro Manfroi	271	391	590	1252
Sérgio Nicolaiewsky	305	532	142	979
José Vicente Tavares	310	611	82	1003
Denis Rosenfield	254	401	48	703
brancos e nulos	37	221	138	396
<b>Total</b>	<b>1603</b>	<b>2873</b>	<b>1439</b>	<b>5915</b>

Por mera casualidade, a votação no Consun reproduziu, na ordem, o resultado da "consulta".

A situação não mudou em 2000. A novidade foi a existência de uma única candidatura, a da recondução da atual Reitora, permitida pela lei 9192 e vedada

pelo Art.28 do Regimento Geral da Ufrgs. A expressiva votação obtida por Wrana Panizzi no corpo docente e o aumento da participação dos estudantes e funcionários com relação à consulta de 1996 legitimaram seu segundo mandato, por mais quatro anos.

## 2000

Candidatos	Docentes	Estudantes	Funcionários	Total
Wrana Panizzi	1231	4494	1230	6955
brancos e nulos	176	221	344	741
<b>Total</b>	<b>1407</b>	<b>4715</b>	<b>1574</b>	<b>7696</b>

Em que contexto será escolhido o próximo reitor? O governo federal revogará o decreto 1916 e proporá regras, no mínimo, coerentes? O Consun enfrentará a questão com antecedência ou, no

último momento, alegará falta de tempo e concordará em seguir procedimentos que coloquem em risco a legitimidade da nomeação?

\*professor do IPH, diretor da Adufrrgs

## Participação das diferentes categorias nas consultas de 1988-2000: (% sobre o total de integrantes da categoria)

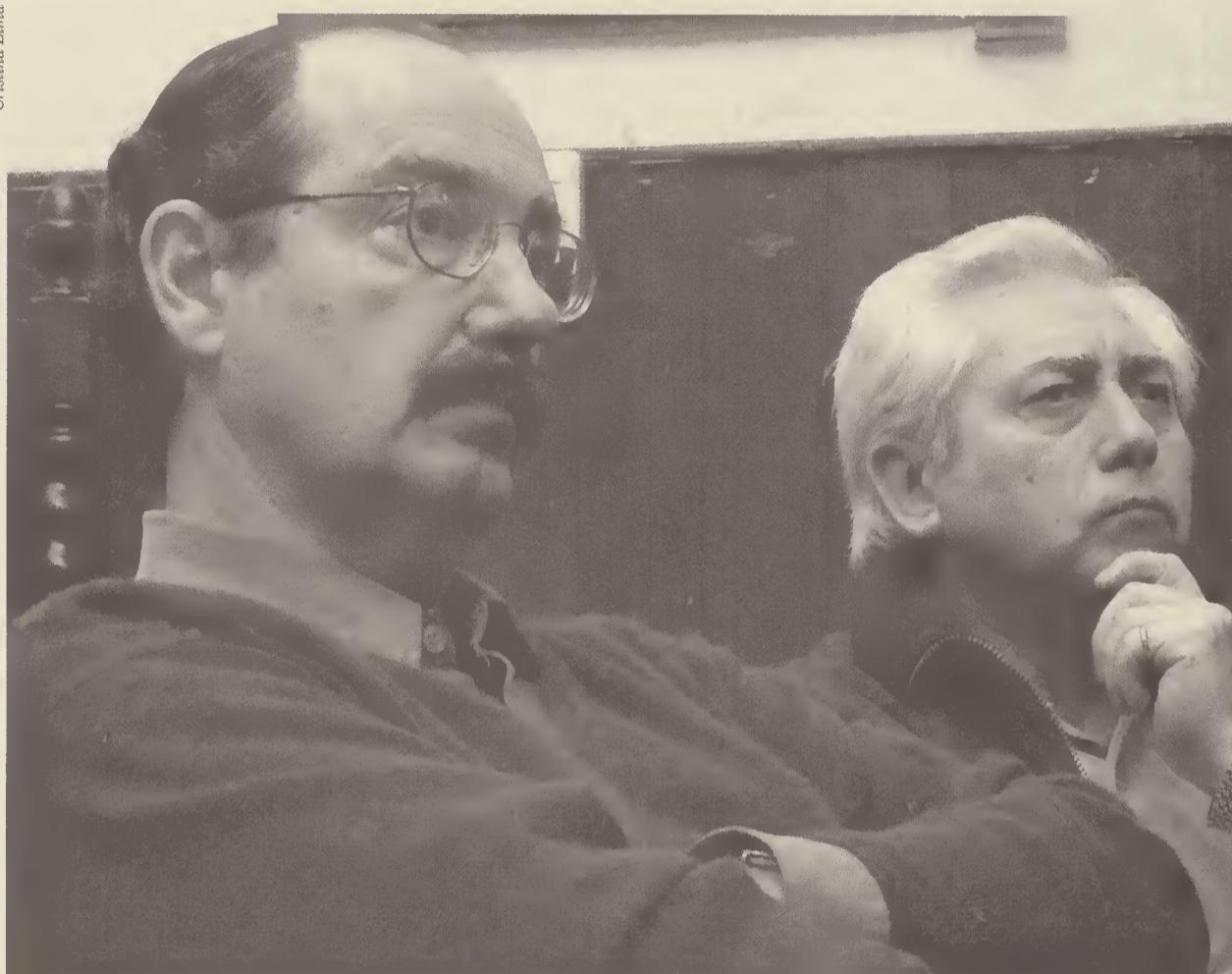
Ano	Docentes	Estudantes	Funcionários
1988	1.986	81%	7.355 42%
1992	1.902	84%	8.713 48%
1996	1.601	72%	2.874 14%
2000	1.408	62%	4.716 21%

Órgão elaborador da lista	Lista	Tipo de votação	Candidatos	Recondução
Lei 4881 6/12/1965	Conselho Universitário	tríplice	não específica	professores, catedráticos
Lei 5540 28/11/1968	Conselho Universitário	sétupla	não específica	não específica
Lei 6420 3/06/1977 e decreto 80536 10/11/77	Colégio Eleitoral (Consun+Cocep+Concur)	sétupla	não específica	recondução
MPV 938 16/03/1995	Colegiado máximo ou outro colegiado que o englobe, com no mínimo 70% de docentes	tríplice	uninominal	professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou doutores
Lei 9192 21/12/1995 e decreto 1916 24/05/1996	Colegiado máximo ou outro colegiado que o englobe, com no mínimo 70% de docentes	tríplice	uninominal (lei) com escrutínio único (decreto)	professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou doutores

ENTREVISTA PAULO ARANTES

# “Eles estão interessados em quebrar o Estado”

Cristina Lima



**Adverso - A última vez que o senhor esteve em Porto Alegre, foi para participar de uma atividade no Fórum Social Mundial, em fevereiro. Que mudanças o senhor vê no clima político do Brasil daquela época para cá?**

**Paulo Arantes** - Já naquele momento, com um mês de governo Lula, havia um clima ambíguo, uma atmosfera dúvida no ar e muito tensa. Por um lado, os europeus, os americanos e latino-americanos estavam eufóricos com a vitória eleitoral e por outro os brasileiros ainda comemoravam a vitória, no entanto com um pé atrás. Assisti a um debate promovido pela Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), em que já se começava a discutir a reforma da Previdência. E todo mundo que falava contra a reforma era ovacionado. Mas naquele momento acho que a atmosfera foi um pouco tomada pela discussão “vai ou não vai a Davos”. E nós imaginávamos que era uma coisa menor ir ou não ir, até que os confeiteiros sem fronteiras agraciaram o Genuíno com uma torta na cara porque não se sentiram representados... Ajudei a montar no Fórum um evento que começou às 14h e terminou quase às 19h, em que praticamente todos os participantes, intelectuais de vários países, faziam uma espécie de fila em uma sala e falavam dez minutos sobre aquilo que eles esperavam desta grande reviravolta, que foi a vitória do Lula. E eu me lembro que justamente naquele momento houve uma voz distonante, de uma líder sindical da África do Sul, a Dot Keet. Ela disse mais ou menos que um novo período histórico se inaugurava na América Latina, mas que prestássemos atenção, pois na África do Sul o Apartheid, que é uma coisa muito mais horrível que a hegemonia neoliberal, terminou graças a um grande líder, o Mandela, mas vejam o seguinte: o neoliberalismo agora faz devastações na África do Sul. É a política econômica

predominante e a África do Sul, neste momento, é uma espécie de procuradora dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio. Portanto, vão com calma nesta celebração da vitória popular no Brasil, achando que é o começo do fim do apartheid social.

**Adverso - Como o senhor avalia essa mudança aparentemente tão brusca de rumos no governo Lula?**

**Arantes** - Acho que já ao longo da década de 90, sobretudo depois que o Lula perdeu as eleições pro Collor, o PT foi se reciclando, foi se modernizando, no bom sentido. Mas ao mesmo tempo, ele foi se tornando um partido muito hábil em governar municipalidades, com o Olívo aqui no Rio Grande do Sul. E em várias prefeituras petistas, como São Paulo, nós começamos a perceber que as políticas públicas do partido eram inventivas num determinado momento, que elas eram totalmente contrárias às políticas fisiológicas usadas até então no Brasil. Era uma coisa nova. No entanto, no que diz respeito ao trato das questões sociais, começamos a perceber que o PT estava tomando medidas muito parecidas às indicadas pelo Banco Mundial. As parcerias com o setor privado começaram a se multiplicar na administração das cidades. Não é que exista “pensamento único” ou que a realidade seja uma só. Quando aqueles jornalistas franceses (Bernard Cassen e Ignacio Ramonet) inventaram esta expressão, eles estavam pensando nos socialistas franceses, estavam pensando no Mitterrand, no Felipe González, no que o Tony Blair já estava fazendo, no que estava acontecendo na Itália, enfim. Pensamento único era porque ele não respeitava preferências ideológicas. Você poderia ser de esquerda, socialista, ou social-democrata e, no entanto, compelido pela força das coisas, aplicar as mesmas políticas análogas às políticas do FMI. Este pensamento único, de certa maneira, já vinha fazendo a cabeça, o imaginário administrativo do PT há

**O filósofo paulista**

**Paulo Arantes, professor da Universidade de São Paulo (USP),**

**alerta: o governo Lula está conduzindo o Brasil a uma sinuca de bico de onde é impossível sair qualquer desenvolvimento econômico.**

**Convidado a participar do seminário internacional “Um Outro Mundo é possível: a construção de uma alternativa anticapitalista”, realizado dia 15 de agosto, pelo mandato da deputada federal Luciana Genro, em Porto Alegre, na entrevista a seguir Arantes esquadriinha a origem das políticas colocadas em prática pelo governo Lula, os paradoxos da administração petista no que se refere à reforma da Previdência e à questão agrária, o impacto deste governo no imaginário das esquerdas reunidas em torno do Fórum Social Mundial e a necessidade urgente de disputar a base da riqueza do novo capitalismo: a propriedade intelectual.**

**Jéferson Assumção**

um bom tempo. E para ser justo eu não condenaria o PT por isso. O PT estava simplesmente sendo levado de arrastão por uma tendência histórica. Até o fim da Ditadura Militar, nós, das esquerdas, sempre achávamos que o socialista, quando faz política institucional, não deve passar do Legislativo, porque é no Legislativo que se faz a propaganda do socialismo, portanto um partido de esquerda não participa de governo. A exceção eram os comunistas, que antes de 64 e mesmo depois de 64 chegavam ao Executivo, mas para ocupar espaços e fazer propaganda, do que propriamente para governar. Agora, a grande novidade do PT, e positiva até certo ponto, é que ele transpôs este limiar histórico. Ele passou a fazer propaganda, eu não diria do socialismo, pois nunca se apresentou como um partido propriamente socialista. Mas ao mesmo tempo que era um partido pós-capitalista ou socialista num sentido brando queria também disputar eleições para governar. E isso acho que refletia uma mudança geral da sociedade, onde as coisas têm de ser feitas aqui e agora. Não vamos esperar a grande tomada de poder, para depois então começar uma reforma radical, revolucionar completamente o edifício social. Nós temos que fazer coisas e para tanto necessitamos de poder político, necessitamos de alguma coisa que possa interferir na sociedade, que melhore a vida das pessoas agora. Não estou dizendo nenhum disparate. Isso vai a favor e explica um pouco esta mutação do PT, mas é claro que eles exageraram e passaram para o outro lado.

**Adverso - Como o senhor avalia a questão paradoxal de um governo de esquerda que faz a desconstrução de alguns ganhos da época desenvolvimentista?**

**Arantes** - A destruição desse desenvolvimento já foi feita pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Ainda falta privatizar a Petrobrás, Banco do Brasil, CEF... A idéia de Previdência Social não veio da esquerda. Entre

outras coisas, a Previdência Social serviu para fazer Volta Redonda e Vale do Rio Doce e que depois foram privatizadas. O conceito de seguridade social foi elaborado como um programa alternativo para o fim da ditadura. Os legisladores se inspiraram, é claro, no estado de bem-estar social europeu, cuja função é justamente incluir de maneira universal toda a população nesta rede de proteção. Uma das coisas mais extraordinárias foi a aposentadoria rural. Isso eles não ousaram mexer ainda. Bom, mas essa reforma da Previdência é uma coisa fiscalista, arrecadatória, para arrecadar uma mixaria, achando que o novo surto do crescimento econômico virá da constituição destes fundos de previdência complementar. Já é um descalabro fazer com que esses fundos, para remunerar seus contribuintes, apliquem na compra e venda dos papéis da dívida pública do próprio Estado. Portanto um fundo de pensão, uma associação profissional qualquer, que tem que fazer seu fundo de pensão complementar, vai entregar para uma gestão privada. Mas para esses cotistas, são interessantes os juros pagos e que a dívida pública vá à Lua. Então, eles estão interessados em quebrar o Estado, portanto em arrebentar com o serviço público. Esta é a loucura. Eles não têm a menor idéia do que estão fazendo. Quem é que construiu a idéia de serviço público no Brasil? Foram velhos positivistas, alguns comunistas, liberais progressistas que montaram coisas como o Itamaraty, Fundação Oswaldo Cruz e criaram a idéia de uma coisa chamada carreira pública a serviço do estado republicano. Trata-se de uma carreira específica e que portanto tem que recrutar pessoas especiais na sociedade que terão uma remuneração modesta mas suficiente e a garantia da estabilidade. Portanto a aposentadoria que eles terão é simplesmente uma poupança negativa. Deixaram de ganhar o que ganhariam na instituição privada pra poder se dedicar ao serviço público. Mas quando você transforma a idéia de aposentadoria em uma contribuição financeira e atuarial e contribui como se tivesse comprado um seguro num banco, você acaba com a idéia de carreira. Imagina um auditor fiscal da Receita Federal, crucificado por ganhar R\$ 7 mil, R\$ 8 mil... Ninguém foi comparar o salário dele com o de um banqueiro, um empresário, um especulador. Vão comparar é com o de um bôia fria. Não é nada o que ganha um auditor fiscal. Bom, este fulano tem que ser altamente preparado, do ponto de vista do conhecimento, tem que ser de nível universitário. Faz concursos permanentes, ele tem que se reciclar e os concursos são duríssimos. Corre risco de vida permanente, porque põe o nariz nas grandes sonegações nacionais. Está sempre cercado pela tentação da corrupção. Bom, então você diz pra ele: agora você vai trabalhar 35 anos, vai se aposentar aos 60 anos e a sua aposentadoria vai depender do mercado financeiro. Quem eles vão recrutar, assim? O rebotalho, uma pessoa desesperada, que trabalha por qualquer coisa. Nisso você põe Polícia Federal, auditores da seguridade fiscal, sem falar em universidades, e você desmonta a idéia de serviço público. Você vai falar em desenvolvimento, em retomada do desenvolvimento sem estado? Sem serviço público? Sem planejamento? Isso é um absurdo total.

**Adverso - Havia todo um otimismo internacional em relação a Porto Alegre e ao Brasil em função das administrações do PT. Como é que o senhor vê o impacto da administração Lula no movimento antiglobalização econômica, que apostava e apostava ainda neste governo? O próprio Bernard Cassen tinha dito que o século XXI começava em Porto Alegre...**

**Arantes** - O Hobsbawm (Eric Hobsbawm) também. Olha, a Naomi Klein, numa entrevista há alguns meses fala muito discretamente lá pelas tantas: "e a nossa decepção com o Lula". Eu acho que vai demorar pra cair a ficha, o que significa vir a primeira vaia no Fórum Social Mundial quando se mencionar o governo do PT. Vai demorar um pouco porque eu não sei até que ponto há uma simbiose entre o militante do PT e as organizações não-governamentais e todos os movimentos sociais que confluem na direção do Fórum Social Mundial. É bem possível que quando começar a cair a ficha aumente, o que eu acho danoso, o preconceito aos partidos políticos. Não no sentido

tradicional, mas no sentido de poder político mesmo. Uma espécie de fortalecimento da sociedade civil do tipo: "não quero nem saber de estado", um pouco o que aconteceu na Argentina. Temo este refluxo e que o Fórum Social Mundial, que estava começando a se politizar, nesta reviravolta com a vitória do Lula, volte a este preconceito e a falar só em sociedade civil e Ongs, que por incrível que pareça e por ironia da história estão no governo Lula.

**Adverso - O senhor diz que a construção de uma sociedade mais justa passa pela disputa, já, de questões-chaves como o software livre... Neste sentido, qual a importância do debate sobre a propriedade intelectual?**

**Arantes** - Há um par de gente boa da esquerda independente fazendo aquilo que se fala de economia política do conhecimento, ou estudando a nova fase do capitalismo dita de acumulação flexível, pós-fordista. Eles admitem - ao me ver, demonstram de maneira muito convincente - que nós chegamos, ao contrário do que o Lenin imaginava quando falou da última fase do capitalismo, de fato a uma fase terminal. Eles argumentam da seguinte maneira: desde o início da Revolução Industrial, no que o capital estava interessado quando ele tinha aquela fome, a famosa fome canina do trabalho vivo, como dizia o Marx? Ele estava interessado na habilidade do operário, que tinha uma espécie de saber, de conhecimento infuso.. Não tinha expressão científica, mas era um conhecimento dos materiais, do saber fazer, que de certa maneira o capital comprava ou alugava quando contratava. Esse saber, esse conhecimento, é a grande expropriação. Não são os bens. Todos pensam na roda de fiar, na enxada, no boi, no arado, na terra, como meio de produção... É claro que

**“ Quando você transforma a aposentadoria em uma contribuição financeira acaba com a idéia de carreira ”**

isso conta, mas sobretudo o que contava era o saber fazer as coisas. O capitalista não sabia fazer nada. Simplesmente comprava, depois pagava por peça, por jornada, assim por diante. Após várias revoluções industriais, o capital chegou diretamente aquilo que lhe interessava. Introduziu no seu processo produtivo, na marra, a inteligência de quem trabalha. É essa inteligência de quem trabalha que cria informações novas. Daí o interesse deles na propriedade intelectual, em patentear isso. A informação nova é a base da riqueza do novo capitalismo e está causando esse fosso, provocando essa separação da sociedade subinformada da hiperinformada, como no nosso caso. É um fosso quase intransponível. A base dessa riqueza é uma riqueza informacional. É uma riqueza que não tem mais a ver com o lucro, tem a ver com a renda. Você tem aquela riqueza e você acessa. Você cobra pelo acesso. Ela não pode ser universalizada. Pois essa é a grande contradição do capitalismo contemporâneo: a informação que é a fonte da riqueza da nova acumulação capitalista não pode ser transformada em mercadoria, porque no momento em que eu anuncio, a informação se transforma em algo universal. Cai na internet, a que milhões de pessoas no mundo inteiro têm acesso, e acabou. Ela, então, não pode ser como um automóvel, que pode ser produzido e eu tenho que comprar, que tem mercado, tem jornada de trabalho. A informação, não. A informação está na origem do novo setor automotivo, computadorizado. Então o que ele faz? Ele tem que privatizar esse conhecimento, o que é patrimônio da humanidade, o que é trabalho coletivo.

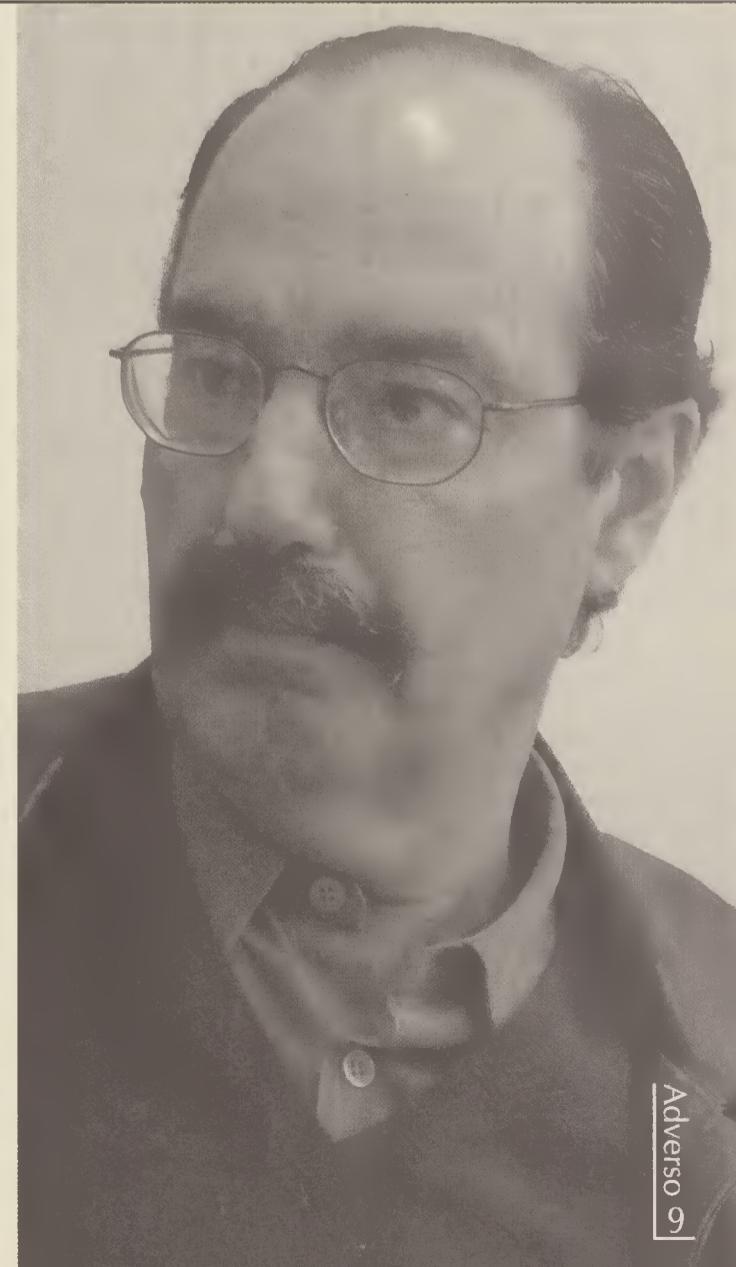
**Adverso - É a disputa entre copyright e o copyleft...**

**Arantes** - Esse é o coração da coisa. Se você vence essa briga, se ela é coletiva, mundial, você acaba com Bill Gates, com a indústria fonográfica etc. Basta haver um artista ou um analista de sistema que crie um software pra facilitar a administração digamos de hospitais... E se você legisla e remunera o trabalho desse criador, uma

vez remunerado o trabalho dele é de domínio público. Você põe na rede e torna gratuito. Só tem o suporte material daquela informação, e ele é compartilhado imediatamente. Se você institui isso, e o software livre é isso, o Linux é isso, você acaba com aquilo que é a essência do capitalismo: o monopólio. E o monopólio que chegou agora à forma de renda. Eu diria que o último passo que falta para nós, no aspecto de unanimidade, ante à privatização da informação, é o momento em que o capital começar a assalariar aquele que produz a informação nas grandes cadeias produtivas das multinacionais, que é o coração delas. Por enquanto, eles funcionam como sócios, eles participam desta renda. Mas no momento em que eles forem assalariados eles necessariamente passam para o outro lado. Passam a ser lesados. E é em parte o que está começando a acontecer.

**Adverso - É a mesma briga com a questão dos transgênicos...**

**Arantes** - Transgênicos são a mesma coisa. É a patente de uma informação. No caso é uma patente perversa de uma informação da modificação de uma semente. Então, você pega milhares e milhares de anos de sabedoria camponesa a respeito de agricultura... Você faz as combinações, você arranca aquela combinação e faz os transplantes. E chega ao que eles estão fazendo, que é a semente que não se reproduz mais. Para a vida se reproduzir através da agricultura, vai ser necessário que a cada safra você recompre a semente, que é a coisa que eles chamam de "terminator". Então, volta a questão do MST. Dizem que o MST é atrasado, isso e aquilo... Não. A reforma agrária burguesa, que é a simples repartição da terra não nos interessa mais. Aliás não interessa mais nem ao grande capital. Interessa aos trogloditas aqui do Brasil. O que eles querem é o controle da cadeia produtiva alimentar no mundo, que passa pela semente e pela informação. No caso dos transgênicos, há ainda o dano à saúde, ao meio ambiente, que não se tem um controle. Do ponto de vista de preservação do ecossistema, pode-se demonstrar que nem científico isso é.



...continuação da página 12

# "A saída não é linear"

**Adverso - Dá para esperar essa transição com o governo Lula?**

**Sampaio Jr.** - Isso é impossível de a gente saber, porque ninguém lê a história. Eu acho que dá pra gente responder da seguinte maneira: se não houver uma forte pressão popular eu acho que o governo não mudará de rumo e o rumo do governo é claro: é um rumo de aprofundamento da política neoliberal. Se houver uma forte pressão popular, então nós teríamos uma outra situação e aí eu acho que são outras variáveis.

**Adverso - Como o senhor vê a experiência da Venezuela? Tem algo de lá que possa servir para o Brasil?**

**Sampaio Jr.** - Acho que tem muita coisa que pode servir para o Brasil. Cada país vai buscar a sua trajetória pra tentar organizar o país em função dos seus interesses. Mas o que mostra a experiência da Venezuela? Primeiro, que a saída do neoliberalismo não é um processo linear e tranquilo. É um processo naturalmente turbulento. E nem poderia ser diferente. Quando você vai reformar uma casa é uma confusão, reformar uma sociedade é uma confusão muito maior. Então, primeiro, vai ter um período de turbulência. Vamos ter que ter uma espécie de pedágio, pra poder transitar para um outro tipo de política. Segundo, que apesar de toda a desorganização econômica, o povo venezuelano apóia o governo na transição. O governo é forte do ponto de vista popular, tanto que o povo reconduziu o seu presidente deposto à presidência, ao mando. E o povo, nas eleições, continua dando vitórias eleitorais ao Chávez. Por isso é que a direita procura ganhar o poder no golpe. Então, eu acho que essas são as duas lições que eu tiraria da Venezuela. Primeiro que é um processo turbulento, segundo que o povo apoiará o processo. Se ele sentir que é um sacrifício necessário pra poder mudar a situação, ele topa. Essa é a minha impressão.

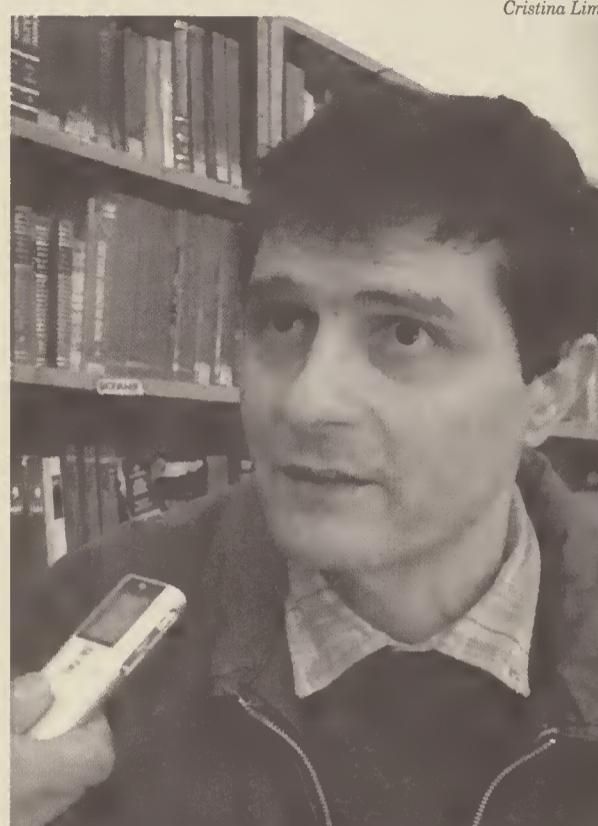
**"Se não houver uma forte pressão popular eu acho que o governo não mudará de rumo"**

**Adverso - Brasil, Argentina e Venezuela já têm força para colocar uma alternativa à Alca?**

**Sampaio Jr.** - Eu acho que não. A Alca não pode ser desvinculada dos outras políticas econômicas. Então é impossível você estar numa política subordinada ao FMI e numa atitude altiva, digamos, altiva em relação à Alca. Por quê? Pra negociar com o FMI, precisa do apoio do americano e o apoio do americano hoje é adesão à Alca. Então, enquanto Brasil e Argentina estiverem dentro de programas de ajustamento ao Fundo, o seu raio de negociação à Alca é muito reduzido.

**Adverso - Em que medida a economia solidária pode fazer parte de uma alternativa para o Brasil?**

**Sampaio Jr.** - A nossa crise é uma crise caílar. Caílar! Nós não vamos resolver a crise com política compensatória. Eu não sou contra política compensatória se ela vier acompanhada de políticas que ataquem as causas do problema. Então, se combinar, num momento de crise aguda, com as medidas de mais médio e longo prazo pra resolver o problema, não tenho nada contra isso em si. Mas não é isso o que está sendo feito. É só política compensatória, e num contexto de forte aperto fiscal. Então ela é uma política que não resolve o problema em si, porque pela sua própria concepção ela atua sobre o efeito e não na causa do problema e



Cristina Lima

**Sampaio Jr.:** "enfrentar o problema da dívida externa exige que você construa um modelo alternativo"

mais: como a política, a lógica macroeconômica do ajuste fiscal asfixia o espaço da política pública, da política social e da compensatória. Então ela é uma política completamente insuficiente para dar conta da magnitude da crise brasileira, mesmo nos seus efeitos compensatórios. Ela compensa muito pouco.

**Adverso - Tem uma pergunta que sempre fica no ar em relação à dívida externa. O brasileiro tem medo de não pagá-la, por conta das retaliações. Que riscos o Brasil corre se não pagá-la?**

**Sampaio Jr.** - É uma boa pergunta. Se nós não pagarmos, haverá retaliação? Claro que haverá. E se houver retaliação, a economia fica pior? Sim e não. Sim, se nós não tivermos um modelo alternativo pra pôr no lugar, porque este modelo pra funcionar precisa da dívida externa, da boa vontade da comunidade internacional. Então se você confronta a comunidade internacional, não vai ter fluxo de capital, vai ter um modelo sem funcionar. Então, o que era ruim fica ainda pior. Você enfrentar o problema da dívida externa exige que você construa um modelo alternativo. Mas na transição, haverá uma desorganização da economia? Sem dúvida nenhuma. Quem falar que não, no fundo está mentindo pra população. É muito difícil saber quanto tempo. O que é fácil saber é que isso já ocorreu na história do Brasil. De 30 a 45, o Brasil ficou isolado dos fluxos financeiros internacionais. Bom, é o período decisivo da formação da indústria brasileira. Ou seja, se nós conseguimos superar o problema em 1930, quando a economia brasileira era agrícola, muito primitiva, acho impossível que, depois de mais de 70 anos de desenvolvimento das forças produtivas a gente não tenha condições hoje de dar uma resposta positiva.

**Adverso - O senhor vê essa como uma alternativa anticapitalista?**

**Sampaio Jr.** - Ah! Eu vejo. O capitalismo hoje é contra as mudanças. Ele congela todas as mudanças. E ele está provocando uma reversão colonial em toda a periferia. E no centro ele está provocando uma desorganização social, cultural e política muito grande. Então, uma nova sociedade supõe uma negação do capitalismo e uma afirmação dos valores socialistas.

## Governo baixa 2,5% da taxa Selic

Ainda vai demorar um bom tempo até que os brasileiros sintam algum impacto na mudança da taxa de juros anunciada pelo governo dia 21 de agosto. Mas a expectativa, segundo o economista Eduardo Maldonado, da Ufrgs, é de que ela seja uma indicação de mudança na política de juros do governo. "Baixou, mas continua absurdamente alta. Com 22%, nossa taxa de juros real é mais do que o dobro maior que a dos outros países", aponta Maldonado. A queda foi divulgada na residência do líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB / SP). Houve uma salva de palmas na reunião de Lula, os ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Fazenda, Antonio Palocci, com os líderes dos partidos da base aliada no momento em que foi divulgada a queda de 2,5%. Lula sorriu ao receber um bilhete de Palocci, informando-o da queda. O presidente teria feito uma brincadeira com Palocci ao dizer que ele anda radical demais por ter feito o corte de 2,5%.

**ecolage**  
contabilidade e assessoria

**ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS**  
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

**BALANÇETES - VALORES MENSais - 2003**

RUBRÍCAS / MESES	MAI
ATIVO	2.120.318,45
FINANCEIRO	1.873.406,65
DISPONÍVEL	290.929,35
CAIXA	38,15
BANCOS	522,26
APLICAÇÕES CALQUERDEZIMEDIATA	290.968,94
REALIZÁVEL	1.582.477,30
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.577.663,47
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.577.663,47
CRÉDITOS A REALIZAR	4.813,83
ADIANTEAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.461,87
ADIANTEAMENTOS A FORNECEDORES	0,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	0,00
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	0,00
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	1.361,96
ATIVO PERMANENTE	246.911,80
IMOBILIZADO	242.358,90
BENS MÓVEIS	82.621,86
BENS IMÓVEIS	248.811,89
(DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	89.074,85
DIFERIDO	4.552,90
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	9.469,78
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	4.916,88

PASSIVO	1.990.705,21
PASSIVO FINANCEIRO	15.783,60
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	3.274,09
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	1.800,79
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	185,69
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CREDORES DIVERSOS	1.778,61
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	12.489,51
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	12.489,51
SALDO PATRIMONIAL	1.974.941,81
ATIVO LÍQUIDO REAL	1.880.619,86
SUPERÁVIT ACUMULADO	85.321,75

**ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS**

**FOLHA 2**

RUBRÍCAS / MESES	MAI	ACUMULADO
RECEITAS	120.038,85	592.897,66
RECEITAS CORRENTES	82.777,51	412.197,83
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	82.777,51	412.197,83
RECEITAS PATRIMONIAIS	36.826,14	169.762,45
RECEITAS FINANCEIRAS	36.826,14	169.677,45
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	86,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	0,00	2.754,11
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	2.764,11
OUTRAS RECEITAS	635,20	8.183,27
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	635,20	7.633,27
OUTRAS RECEITAS	0,00	550,00
DESPESAS	96.923,62	463.284,42
DESPESAS CORRENTES	96.923,62	463.284,42
DESPESAS COM CUSTEIO	28.327,27	125.950,99
DESPESAS COM PESSOAL	13.634,79	60.312,18
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	3.353,42	19.693,78
DESPESAS DE EXPEDIENTE	9.036,33	30.629,46
DESPESAS C/IMPОСITOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	442,30	3.859,36
DESPESAS LEGAIS	0,00	0,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	302,63	2.567,67
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.382,42	6.912,10
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	135,06	1.732,48
ENCARGOS FINANCEIROS	40,30	243,96
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	44.118,75	223.427,74
DESPESAS COM VIGUARDAÇÃO	8.430,00	24.998,48
DESPESAS COM VIAGENS	10.606,75	63.534,06
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	1.489,60	5.598,00
DESPESAS C/ATIVID. POLITICO-ASSOCIATIVA	846,00	11.583,63
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	19.384,50	79.558,55
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	21.256,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	3.380,00	16.900,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.724,60	113.150,69
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	18.670,16	92.964,60
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	4.054,44	20.186,09
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	755,00	755,00
PERDAS COM FURTOS E ROUBOS	755,00	755,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	24.115,23	129.613,24
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	129.613,24	129.613,24

MARIA APARECIDA CASTRO LIVI

Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA

Contador - CRC-RS 14.418



# Torreão: espaço de pontos de vista

**Q**uem chega ao número 79 da Rua Santa Te rezinha, na esquina com a Venâncio Aires, e toca a campainha recebe uma chave presa a um cordão pela janela. O cordão é estendido por Élida Tessler, artista plástica e professora do Instituto de Artes da Ufrgs. O endereço abriga o Torreão, um espaço de arte, debates e encontros, idealizado por ela e pelo também artista plástico Jailton Moreira e que completou dez anos dia 12 de julho.

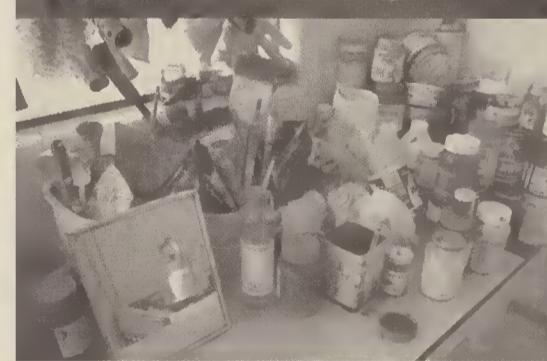
As paredes do Torreão são cobertas por manchas de tinta. O jazz de Louis Armstrong no aparelho de som é o que se escuta. Dentro do segundo andar do casarão de pé direito alto e grandes janelas, Élida convida a ficar a vontade enquanto fotografa Marcos Sari, autor da intervenção de número 60 na torre localizada nos altos da casa que dá nome ao lugar. "São obras realizadas para o espaço, no espaço e com o espaço", explica Élida. O espaço é uma torre de 17,64 metros quadrados permeada por 12 janelas. É ali que acontece outro dos tantos diálogos aos quais o Torreão se propõe. Uma conversa entre o exterior e o interior da casa, e entre os "torreônicos" e os convidados a intervir no espaço. A sala parece estar em mutação constante, não apenas pelas obras, mas pelas intervenções externas: o céu, a paisagem urbana, tudo modifica o que se vê do interior da torre.

Nos últimos dez anos, artistas nacionais e estrangeiros foram convidados a realizar trabalhos especialmente concebidos para aquele espaço, desencadeando o debate sobre questões relativas à arte contemporânea. A agenda das intervenções na torre está lotada até o final de 2004. Como acontecem esses convites? Das mais diversas formas. Uns são convidados porque atiçam a curiosidade dos idealizadores sobre o que fariam na torre; outros, segundo Élida, "parecem ser convidados pelo próprio local, visitam o Torreão e surgem com uma idéia para o espaço".

É nesse ponto da conversa que chega Jailton Moreira, cúmplice da artista nesta empreitada que comemorou dez anos no mês de junho. Élida voltava da França em 1993, depois de cinco anos de doutorado, e a vontade de ambos era de trabalharem juntos, fazerem "alguma coisa juntos". "O Torreão é esta alguma coisa", diz Élida sobre o espaço que não pode ser enquadrado como galeria ou apenas escola, nem só ateliê, e que vai acontecendo num gerúndio extremamente verdadeiro. Era necessário um ambiente mais amplo aos cursos para adultos que



Fotos Cristina Lima



Jailton vinha mantendo na Escolinha de Arte da Associação Cultural dos Ex-alunos do Instituto de Artes da UFRGS, onde trabalhou por muitos anos. Além disso, um atelier para Élida. O Torreão ainda conjuga, basicamente, o atelier de Jailton e o Núcleo de Origami de Porto Alegre, o lugar onde o artista desenvolve cursos permanentes de orientação de trabalhos nas áreas de desenho, pintura e escultura.

O casarão também é ponto de referência para os alunos do Instituto de Artes, e oferece videoteca e biblioteca. "O caminho inverso acontece várias vezes também, de alunos saírem do Torreão em busca da Instituição, que é o curso de artes da UFRGS", conta Élida.

Passeando pelos corredores da casa e abrindo portas, descobre-se que as intervenções não ficam restritas à torre. Élida abre uma porta com todo cuidado e lá dentro estão diversos aquários empilhados, numa fragilida-

de assustadora. Por isso mesmo, ninguém se encoraja a fechar essa sala, uma das três onde os alunos do Torreão realizam as próprias intervenções.

A visitação acontece de 2ª à 6ª, das 14 às 18hs. Nos domingos, às seis da tarde, acontecem conversas sobre os mais diversos assuntos. No dia 15 de junho, para citar um exemplo, aconteceu o Bloomsday, com debate sobre Finnegans Wake, de James Joyce, e o lançamento do último volume da tradução de Donald Schuler para a obra. As pessoas se amontoavam pelas salas, enquanto Élida servia chocolate quente para todos e Donald lia trechos de sua tradução. Esses encontros no Torreão tornam-se, para quem está de passagem por Porto Alegre, uma oportunidade única de convívio e intercâmbio de idéias com artistas e intelectuais da cidade. Para os convidados locais, a oportunidade também é especial, pois o grupo formado por pessoas vindas das mais variadas origens, institucionais ou não, acaba se tornando um público extremamente atento, receptivo e questionador.

Em sua quinta edição, o projeto "Artist in Residence", que vem sendo realizado desde 1997 em parceria com o Instituto Goethe, traz a Porto Alegre o artista alemão Bernhard Garbert, que utilizará o atelier como local de trabalho e convivência com a comunidade artística local, criando sua instalação específica para o espaço que estará aberto à visitação a partir de 16 de agosto. Completando dez anos, o Torreão segue questionando, pensando e fazendo arte. "Aqui sempre se pensou sobre o feito, fazendo", conclui Jailton.

## ORELHA



**Software Livre e Inclusão Digital**  
Sérgio Amadeu da Silveira e João Cassino (orgs.)  
Mais do que simples economia na aquisição de licenças de computador, o uso de softwares livres em projetos de inclusão digital combate o nefasto monopólio de programas de computador, rompe com a ampliação do mercado em ferramentas proprietárias e liberta o ensino da informática do aprisionamento de determinados produtos. Conrad Livros, 337p. R\$ 26,00.



**Para Onde Vai a Educação?**  
Jean Piaget  
Síntese do pensamento pedagógico do sábio professor das Universidades de Genebra e Paris. A parte inicial do livro mostra o ensino de hoje e indica as formas para o seu desdobramento futuro e a segunda disserta sobre o direito à educação no mundo atual. José Olympio, 80p. R\$ 16,00.



**Polifônicas Idéias**  
Maria da Conceição de Almeida, Margarida Knob e Angela Maria de Almeida (orgs.)  
Para que a ciência possa se tornar um discurso pertinente sobre o mundo, ela precisa ultrapassar os muros dos laboratórios e gabinetes e se fazer entender, comunicar. A justezza de um pensamento não se valida por suas próprias premissas. Todo o pensamento tem como contraponto, conexão, desmembramento e alimento a ação que lhe dá sentido e o fenômeno do qual se fala. Sulina, 317p. R\$ 27,00.

## WWW

### MuseuX

[www.museu.ufrgs.br](http://www.museu.ufrgs.br)  
Sítio do Museu da UFRGS, que está na Av. Osvaldo Aranha, 277 desde a restauração do prédio histórico Curtumes e Tanantes.

### Núcleo de fotografia

[www8.ufrgs.br/fotografia](http://www8.ufrgs.br/fotografia)  
Sítio do Núcleo de Fotografia da Fabico com agenda de cursos, mostras on line e novidades.

# “Não aceitamos a interdição do debate sobre a economia política”

**O economista Plínio de Arruda Sampaio Júnior, 45, professor da Universidade de Campinas (Unicamp), é tido por parte da grande imprensa como um pessimista. Peçam-lhe um diagnóstico da realidade econômica brasileira e as possibilidades de se superar nossa “crise cavalar” e a resposta certamente confirmará o que dizem esses jornais. Mas essa verdade não é completa, segundo o filho do advogado Plínio de Arruda Sampaio, 73, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Plininho, como o economista é chamado nos círculos políticos, vê grandes possibilidades de o Brasil resolver suas profundas mazelas. Mas elas são ponto de chegada de um caminho bem diferente do trilhado pelo governo Lula até agora.**

Jéferson Assumção

**AD**verso - O senhor ajudou a elaborar o manifesto Agenda Interditada, que teve uma rápida adesão, contando com a assinatura de cerca de 300 intelectuais brasileiros. Qual era o objetivo deste documento e como está sua repercussão?

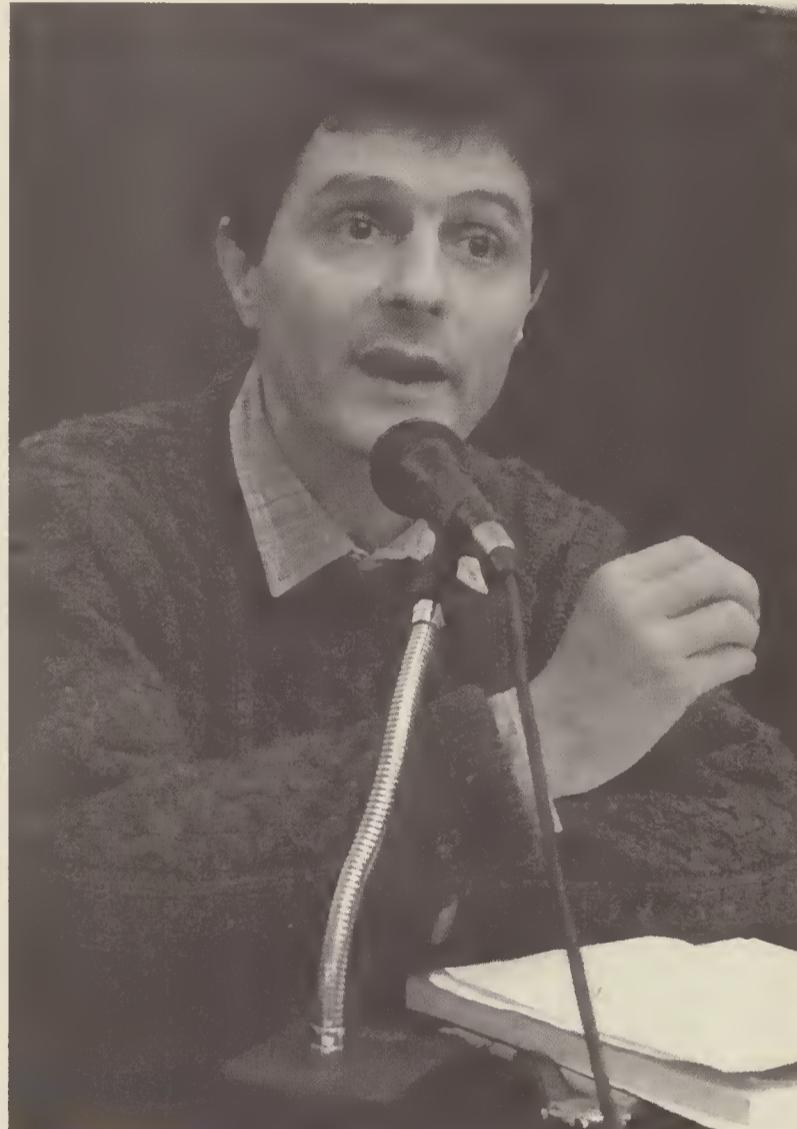
**Plínio de Arruda Sampaio Jr.** - O manifesto dos economistas tinha três objetivos fundamentais. O primeiro era dizer que nós não aceitamos a interdição do debate sobre a política econômica. Nós não aceitamos que o debate fique confinado às diferentes alternativas dentro do próprio neoliberalismo. Felizmente a sociedade brasileira não está condenada por uma lei maior a ficar no neoliberalismo e nós economistas temos a obrigação ética de falar isso para a sociedade. O segundo objetivo do manifesto era mostrar à sociedade brasileira que essa política econômica conduz o País a um beco sem saída. É uma armadilha recessiva difícil de ser revertida. E o terceiro é apontar de maneira genérica que existem alternativas do ponto de vista técnico.

**Adverso - Por que, na sua avaliação, este manifesto foi tão bem aceito por esse número tão grande de economistas?**

**Sampaio Jr.** - Porque na verdade essas três mensagens do manifesto estavam no fundo da garganta de quase todos os economistas do PT e de muitos economistas críticos do neoliberalismo. Isso é o que explica a adesão rápida. A repercussão no governo foi muito ruim. O governo, na verdade, se recusou a fazer o debate, mas na sociedade foi boa, tanto que têm debates de política econômica em todos os lugares e eu mesmo vim aqui, na segunda-feira (dia 11 de agosto), na Casa dos Economistas, em Porto Alegre, pra encontrar os companheiros, colegas economistas do Rio Grande do Sul, para falar sobre a política econômica. Então, temido uma grande efervescência dos economistas para discutir esses rumos.

**Adverso - Vocês estão pretendendo fazer algum tipo de pressão maior no governo?**

**Sampaio Jr.** - Cada um na verdade pressiona em uma direção. Na minha opinião, nós devemos fazer com que



*Cristina Lima* outros objetivos. Quais? O objetivo de organizar a sociedade brasileira em função dos interesses do conjunto dos brasileiros, porque o neoliberalismo obriga o Brasil a organizar a sua economia de uma maneira colonial, no sentido de que ela é uma economia voltada para interesses estranhos ao Brasil. Quais são os interesses dos brasileiros? Quem lê os movimentos sociais está vendo. Fila do gari no Rio de Janeiro. Trinta mil pessoas para serem gari. Eles estão colocando o problema do emprego. As ocupações dos sem-teto estão colocando o problema da reforma urbana: muita gente sem teto, muito teto sem gente. As ocupações do MST. Colocam a urgência da reforma agrária. A greve do funcionalismo: coloca em questão a defesa do estado nacional. Então, qual é a agenda alternativa? É organizar o país em função do conjunto dos brasileiros. Isso significa o quê? Que nós temos que quebrar as amarras do capital financeiro. Vamos ter que enfrentar o capital financeiro.

**Adverso - E como isso é possível?**

**Sampaio Jr.** - Isso na prática significa redefinir profundamente a relação com os credores internacionais, impor controle aos movimentos de capitais, sair da Alca, estatizar o Banco Central, reestatizar as empresas de infraestrutura, que são estratégicas para o funcionamento da economia brasileira... Isso implica conflito político. E é claro que isso também implicará em sacrifício na transição. É saber se a população está disposta a pagar este sacrifício. Mas na minha opinião, sacrifício muito maior a médio e longo prazo é permanecer no neoliberalismo.

**Adverso - O que o senhor está achando das medidas do governo Kirchner, na Argentina?**

**Sampaio Jr.** - Eu acho que há uma espécie de assimetria de movimento no governo argentino e brasileiro, porque o governo Lula é prisioneiro de uma correlação de forças que imobiliza o governo e que joga o governo nas mãos do mercado. O mercado é forte e o povo está fraco. O governo é o governo do mercado. Na Argentina, por conta de todos os traumas que ocorreram e da debilidade política do Kirchner, se criou uma correlação de forças onde o Kirchner tem que mostrar serviços pro povo e não pro mercado. Então o Kirchner tem feito algumas medidas, tímidas, em função da baixa votação. Ele precisa se legitimar, não pode enfurecer o povo e isso faz com que ele tenha uma política econômica muito menos subordinada ao que a comunidade financeira internacional gostaria. Então é um movimento interessante e que comprova um pouquinho a minha tese central: se não houver uma correlação de forças muito clara a favor das mudanças nós não conseguimos mudar o estado brasileiro, sair do neoliberalismo e organizar o país em outros moldes. O governo Lula está fraco não com o povo, mas com o mercado, então ele mostra serviço para o mercado. Ao mesmo tempo o povo deu uma espécie de cheque em branco para o Lula. É um erro do povo. O povo não deve dar cheque em branco pra presidente nenhum. Por quê? Porque é só a pressão popular permanente que gera a força política pra gente poder enfrentar os traumas da transição do neoliberalismo para um outro padrão de política econômica.

**Sampaio Jr.**: “o mercado é forte e o povo está fraco. O governo é o governo do mercado”

este debate chegue à população, porque o governo é muito impermeável ao debate. Nós acreditamos que se isso sensibilizar a opinião pública, então nós teremos condições de sensibilizar o governo.

**Adverso - Parte da grande imprensa o considera um pessimista. Quais seriam as razões desse pessimismo?**

**Sampaio Jr.** - Primeiro, eu não sou pessimista. Eu sou um otimista. Acho que o Brasil tem grandes possibilidades de organizar a economia e de ter um país democrático e forte. Agora, em relação às possibilidades do neoliberalismo resolver os problemas do Brasil, aí sim eu sou muito pessimista. Por quê? Porque o neoliberalismo desorganiza a sociedade brasileira. Ele provoca uma espécie de reversão neocolonial no Brasil. Então, eu sou muito pessimista com o futuro do Brasil se a sociedade brasileira não tiver condições de superar o neoliberalismo.

**Adverso - E quais são as vias para essa superação?**

**Sampaio Jr.** - O que é a política neoliberal? No fundo é uma política que responde aos interesses do grande capital financeiro e aos interesses, digamos, dos grandes poderosos no Brasil. Ela se articula em torno de quatro pilares básicos fundamentais: a busca de superávits comerciais gigantescos, a busca de um superávit fiscal permanente, a abertura de negócios para atrair capital e aceleração dos padrões de consumo de uma parte das elites. Bom, então este é o objetivo do neoliberalismo e para a gente sair dele temos que criar